

Discutindo a cidade

Sheylla de Kassia Silva Galvão ⁽¹⁾

ROLNIK, Raquel. (1998). *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense.

Raquel Rolnik é professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC em Campinas e consultora do POLIS - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. Formada em Arquitetura na década de 70 pela FAU-USP, e pós-graduada, também pela FAU -USP, na área de Sociologia e pela New York University, no Departamento de História Urbana.

O que é Cidade é uma viagem sobre a história da civilização. A autora desvenda os objetivos da formação das cidades desde o surgimento dos primeiros agrupamentos humanos. Compreendendo cidade como uma construção sobre a natureza com o intuito de fixar o homem e garantir seu domínio sobre um determinado território.

Para a autora, a tarefa de escrever é semelhante à tarefa de empilhar tijolos de maneira ordenada e com uma finalidade específica, pois ambas conferem forma e significado a comunicação entre os homens. A cidade assemelha-se a um grande alfabeto, onde são construídas palavras de acordo com a necessidade e a história de um povo, em determinada época.

A necessidade de gestão da vida coletiva, uma vez que o homem torna-se sedentário, é expressa pela formação das cidades, sendo essas não apenas um aglomerado de construções específicas, onde se concentram o maior número possível de pessoas e subjugam o campo. As cidades são, sobretudo um conjunto de construções que englobam o campo e que não restringe a noção de urbano apenas a uma limitação territorial, conseguindo, assim reunir pessoas sob o efeito de um ímã.

A necessidade de garantir o domínio sobre determinado território, associada ao desejo humano de modelar a natureza resulta numa maneira peculiar de ocupação do espaço vivido. Sendo assim, domo o desenvolvimento histórico da humanidade, várias foram as formas de se caracterizar as cidades, desse modo podemos destacar as formas mais importantes de aglomeração urbana como as cidades mesopotâmicas, que tinham como expressão maior do estilo urbano, os Zigurates e a reunião de pessoas em torno de um templo, revelando uma organização coletiva baseada em normas, regras sociais e numa organização política de transformação da natureza e controle social.

A dimensão política do urbano foi melhor desenvolvida na *pólis* grega, onde o conceito de urbano não refere-se apenas a uma localização geográfica e a peculiaridades arquitetônicas, mas também a uma prática política exercida em conjunto por seus cidadãos. Assim, também na *Civitas* ⁽²⁾ em que cidadão não é aquele que simplesmente mora na cidade, e sim aquele que participa da gestão da vida pública.

Outra forma de cidade é a *Cidadela* que, ao contrário da *pólis* e da *civitas*, o poder encontra-se concentrado nas mãos do monarca e não repartido entre os aristocratas.

Com o desenvolvimento da técnica produtiva, surge a geração do excedente e a cidade passa a ser local de trabalho e consumo. A cidade mercado, assim denominada pela autora, utiliza-se da divisão social do trabalho como fator de aglomeração de pessoas e de troca de mercadorias produzidas individual e coletivamente, geralmente decorrente de uma produção familiar. A manutenção dos mercados possibilitou desenvolvimento das técnicas de produção como a metalurgia, a cerâmica, a vidraria, entre outras.

No início, os mercados se estabeleceram a nível local e as atividades mercantis eram desempenhadas por estrangeiros, localizando-se fora dos domínios da cidade ⁽³⁾. Posteriormente, com a expansão mercantil e o advento da divisão social do trabalho entre as cidades, associadas à centralização do poder urbano, criaram-se as condições ideais para a expansão dos mercados, surgindo à economia urbana, onde o excedente produzido pelo campo não era mais apenas consumido pela cidade, mas transformado em produtos manufaturados consumidos pelo campo.

Segundo a visão da autora, a transformação das cidades em mercados mostra a passagem da produção de subsistência para a produção mercantil, onde o excedente é comercializado. Essa transformação acarretou a mudança organizacional da cidade, modificando a estrutura arquitetônica e administrativa. Surge então, a distinção entre classes sociais, fundada na posse dos meios de produção.

A terra torna-se mercadoria, tão fácil de ser comercializada quanto qualquer item produzido na cidade. Cria-se a segregação territorial, estabelecida pela divisão territorial entre patrões e empregados, ocasionada em locais previamente estabelecidos dentro da arquitetura urbana. Se antes a distinção entre ricos e pobres era expressa através das atividades, roupas e costumes, nas cidades modernas esta distinção ocorre nos espaços físicos, nos bairros de ricos e nos bairros de pobre, estes últimos geralmente periféricos.

Nesse processo de segregação, a burguesia cria uma distinção entre o público e o privado, relegando a casa a tarefa de agregar, na sala de visitas, um número reduzido e seleto de pessoas em consequência da ameaça que a rua impõe na vida burguesa, decorrente da mistura de classes, sexos e culturas. Outro fator de segregação foi à necessidade de distinção e afastamento das moradias dos patrões e dos empregados e do espaço destinado a moradia e ao trabalho. Para a burguesia, essa proximidade como os trabalhadores é um risco constante de contaminação e desordem. Ao passo que ocorre a segregação territorial, ocorre a organização do território popular, onde se fundamenta a luta dos trabalhadores pela apropriação do espaço da cidade.

Ao contrário das cidades medievais ⁽⁴⁾ as cidades modernas resultaram de um planejamento específico, onde se expressa a intervenção do Estado na cidade. Esse planejamento baseado nas "utopias" renascentistas resistem até hoje no planejamento computadorizado, e que segue algumas etapas, como a leitura mecânica, em que a cidade é vista como a necessidade de circulação de fluxos; a ordenação matemática, onde visa agrupar a regularidade e a repetição como base da racionalização na produção do espaço, e por fim a cidade sem males. Podemos perceber, que as "utopias" renascentistas esboçam a possibilidade do Estado poder controlar a cidade através do esquadramento e domínio de sus espaços.

Esse planejamento urbano possibilita o controle e a vigilância constante do Estado sobre a população. As construções urbanas seguem padrões que se adaptam à ocupação capitalista da terra e à micro-política familiar burguesa, revelando uma separação entre áreas nobres e áreas marginais, qualificando em igual seus moradores.

Juntamente com o Estado, a indústria efetiva o controle sobre a população urbana, distribuindo funções e designando comportamentos pessoais e coletivos. A máquina possibilitou o crescimento da urbanização, acelerando o tempo de transação comercial entre os mais variados e distantes centros, auxiliando o processo de circulação de bens, mercadorias, serviços e informações. As relações dadas nas cidades-indústrias refletem o sistema de produção executado dentro das fábricas. As relações de produção deixam o espaço das fábricas para adentrar o espaço doméstico. Sendo assim, as relações antagônicas entre patrões e empregados saem das fábricas e se concretizam nas ruas, em greves e passeatas, bem como, no aumento da violência urbana, que se intensifica nos períodos de recessão econômica.

Para quem busca compreender o surgimento e a evolução da espacialidade urbana através do estudo das cidades. Para quem busca entender as transformações, em sua própria concepção, ocorridas no espaço urbano e amaneira como se constrói o espaço vivido, de acordo com as modificações históricas por que passa a humanidade, *O Que é Cidade* é um bom começo para a análise do território urbano e das relações sociais que nele ocorrem e tem origem.

NOTAS

1) Aluna do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFPb e bolsista na pesquisa PIBIC/CNPq "Mapeamento e Monitoramento da Violência Exercida Contra a Mulher na Cidade de João Pessoa de 1987 a 1997".

2) Cidade romana.

3) Fora dos muros da cidade.

4) As cidades medievais nasciam sem ordenação e com a preocupação de ocuparem os espaços vazios dentro dos feudos.